

Laços de sangue, posicionamentos opostos: considerações sobre as trajetórias dos irmãos Heráclito e Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro (Paraíba e Rio Grande do Sul, primeiras décadas do século XX)

RODRIGO LUIS DOS SANTOS¹
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Resumo: Nosso objetivo neste artigo é, através das trajetórias de Heráclito e Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro, irmãos que atuaram politicamente nos estados da Paraíba e Rio Grande do Sul, respectivamente, compreender o processo de inserção e articulação social e política no Brasil da Primeira República (1889-1930) e da Era Vargas (1930-1945). A utilização crítica do recurso biográfico, nos últimos anos, tem se constituído um importante e frutífero modo de se analisar determinados aspectos de uma sociedade, acompanhando a trajetória dos sujeitos escolhidos e suas relações com o meio no qual estavam vinculados. Deste modo, acreditamos que este trabalho tem uma dupla contribuição: colaborar para a demonstração do uso historiográfico da biografia e lançar luzes sobre o fazer política no Brasil das primeiras décadas do século XX.

Palavras-chave: Trajetória. Política. Primeira República. Estado Novo.

Abstract: Our objective in this article is, through the trajectories of Heráclito and Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro, brothers who acted politically in the states of Paraíba and Rio Grande do Sul, respectively, to understand the process of insertion and social and political articulation in Brazil of the First Republic (1889-1930) and the Vargas Era (1930-1945). The critical use of the biographical resource in recent years has been an important and fruitful way of analyzing certain aspects of a society, following the trajectory of the chosen subjects and their relations with the environment in which they were linked. In this way, we believe that this work has a double contribution: to collaborate to demonstrate the historiographical use of biography and shed light on the political making in Brazil of the first decades of the twentieth century.

Keywords: Trajectory. Politics. First Republic. New state.

1 Doutorando em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Graduado e mestre em História pela mesma instituição. Membro do Instituto Histórico de São Leopoldo. Email: rluis.historia@gmail.com.

Palavras iniciais

O dramaturgo e escritor alemão Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) certa vez escreveu que “escrever a História é um modo de nos livrarmos do passado”. Podemos discordar da citação, mas uma reflexão importante é possível a partir dela: ao escrevermos sobre determinado fato, período ou personagem histórico, imprimimos diferentes sentidos e possibilidade de interpretarmos seus elementos, seus contextos, sua vida. Deste modo, a escrita historiográfica não se transforma na arte de *enterrar o passado*, mas de compreender, ressignificar, reescrever e, até mesmo, manipular e distorcer existências pretéritas.

Neste artigo, nosso objetivo principal é analisar aspectos das trajetórias de Heráclito Cavalcanti Carneiro Monteiro e de seu irmão mais novo, Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro. O primeiro, construiu sua trajetória no âmbito jurídico e político na Paraíba, enquanto o segundo, partindo para o Rio Grande do Sul ainda jovem, lá inseriu-se politicamente, galgando cargos relativamente importantes na mecânica burocrática da primeira metade do século XX no estado sulino.

Mas, qual a relação entre estas reflexões iniciais com os objetivos que elencamos para este trabalho? O encontro destes dois elementos se dá justamente na intencionalidade deste artigo: não analisar as trajetórias dos irmãos apenas pelo viés de relatos simples de vida, mas, principalmente, através de suas ações e inserções, compreender a conjuntura sociais e política na qual estavam inseridos e as formas como interagiram com estas. A escrita histórica do passado, neste caso, não busca o esquecimento do mesmo ou de seus agentes históricos. Buscamos, ao contrário, justamente interpretar como estes homens foram, ao mesmo tempo, mediadores e mediados pelo contexto ao qual estavam vinculados. Cabe ressaltar a

importância de não se vislumbrar os contextos social, político, cultural, econômico, entre outros, como *entidades etéreas* que manipulam a existência humana. Há um processo de interação, onde os homens constroem os elementos que são formatação às conjunturas nas quais estão relacionados, mas, por seu turno, também são influenciados por essas construções, tendo em vista que estas podem *fugir* do controle previsto pelas pessoas. Fato interessante, por exemplo, ocorre entre os anos de 1929 e 1930: de um lado, Heráclito Cavalcanti, desembargador do Supremo Tribunal de Justiça da Paraíba, fazendo oposição ao programa da Aliança Liberal, que tinha como candidatos ao Executivo Federal Getúlio Vargas e João Pessoa; de outro, Odon Cavalcanti, amigo pessoal de Vargas e apoiador aliancista. Ambos escolheram lados aos quais se identificavam e atuaram de forma enfática. E as consequências destas escolhas de lado veremos mais adiante.

Antes, porém, de aprofundarmos as trajetórias de Heráclito e Odon Cavalcanti, achamos conveniente trazer algumas reflexões de ordem mais conceitual, especialmente abordando os usos dos termos *biografia* e *trajetórias*, fundamentais para a construção deste trabalho.

Sobre os conceitos de biografia e trajetória

O modelo biográfico adotado nos séculos XIX e XX se caracterizou por uma abordagem linear da vida dos personagens escolhidos, sendo estes, de forma geral, marcados pela notoriedade – especialmente monarcas, políticos ou personalidades de destaque mais amplo. Esta linearidade, traçando uma panorama desde o nascimento até a morte do(a) biografado(a), acentuava o grau de superficialidade analítica, delineando a trajetória vivida de forma coerente e, podemos até dizer, criando imagens românticas,

como se aquele personagem tivesse seu destino definido ao nascer, apenas *colhendo frutos* durante sua passagem terrena. Quando muito, alguns fatos vistos como pitorescos eram abordados, dando um certo *tempero* para a obra. As incoerências, as escolhas, erros, acertos, a compreensão crítica do meio sociocultural onde estavam inseridos, esses detalhes não eram contemplados.

Este modelo, por sua vez, passou a ser fortemente criticado por historiadores e outros cientistas sociais no decorrer do século XX. Tanto que, durante muito tempo, a investigação e a escrita biográfica por parte dos historiadores era vista com certo preconceito, causando um afastamento destes pesquisadores desta forma de narrativa. Entretanto, em torno das últimas três décadas, houve um retorno da abordagem do gênero biográfico como elemento investigativo histórico.

As formas de abordagem biográfica decorrentes desta renovação estão intimamente atreladas como avanços metodológicos e conceituais, assim como um dimensionamento sobre quem pode ser biografado. Se, durante quase dois séculos, o modelo contemplava personagens integrados aos graus superiores da hierarquia social, hoje, indivíduos considerados, talvez, não tão representativas, passam a ter suas trajetórias analisadas pelos historiadores. Ao mesmo tempo, se percebeu que se pode ver muito mais que o indivíduo através da biografia: consegue-se vislumbrar o meio social no qual viveu e as formas de se ver e interagir com aquele mundo. Sobre esta nova interpretação e uso do gênero biográfico, Benito Schmidt indica que

[...] uma das primeiras perguntas que deve ser feita pelo historiador interessado em realizar uma biografia é: por que vale a pena biografar este indivíduo? Ou, melhor ainda: que dimensões do passado são possíveis de se conhecer pesquisando a trajetória de determinado indivíduo? Deseja-

se com isso dizer que uma biografia não se justifica por si só, mas pelo que ela pode contribuir para o avanço das discussões próprias ao conhecimento histórico (SCHMIDT, 2012, p. 195).

Cabe destacar a necessidade de se levar em conta os perigos decorrentes do uso do recurso biográfico. Ainda corremos o risco de compreender e, mais ainda, contribuir para a escrita de uma história linear dos indivíduos, percebendo suas trajetórias como dotadas de uma coerência, sem deformidades, conflitos ou mudanças de rumo. Podemos tributar para criar imagens não condizentes com estas trajetórias. Conforme Sabina Loriga (1998), podemos instituir assim homens que figuram como heróis ou como meras peças manipuladas pelas grandes estruturas de poder. Em texto publicado na obra *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*, organizado por Jacques Revel, Sabina Loriga chama a atenção para este aspecto:

[...] enquanto a biografia heroica coloca como óbvia uma harmonia entre o particular e o geral (e, poder-se-ia dizer, uma extensão, como na sinédoque), a biografia coral concebe o singular como um elemento de tensão: o indivíduo não tem como missão revelar a essência da humanidade; ao contrário, ele deve permanecer particular e fragmentado. Só assim, por meio dos diferentes movimentos individuais, é que se pode romper as homogeneidades aparentes (por exemplo, a instituição, a comunidade ou o grupo social) e revelar os conflitos que presidiram à formação e à edificação das práticas: penso nas inércias e na ineficácia normativas, mas também nas incoerências que existem entre as diferentes normas, e na maneira pela qual os indivíduos, “façam” eles ou não a história, moldam e modificam as relações de poder (LORIGA, 1998, p. 249).

Perceber os indivíduos como seres em construção, constituídos de particularidades e complexidades, tanto no que tange sua estrutura genética

e cognitiva, imergidas em conjunturas socioculturais também marcadas por múltiplas dinâmicas e complexidades, continuidades e rupturas, nos auxiliam a tentar ver o passado não como algo dado, mas como uma construção onde os homens agem e sofrem influências, gerando um processo ambivalente de interação.

Posto isto, podemos nos apropriar de dois conceitos amplamente utilizados pelo sociólogo francês Pierra Boudieu (1930-2002): *habitus* e *trajetória*. Sobre *habitus*, Boudieu afirma que

[...] são princípios geradores de práticas distintas e distintivas — o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferente sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar etc., mas elas não são as mesmas. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro (BOURDIEU, 1996, p. 22).

Essa definição nos ajuda a perceber a existência de fatores que colaboram para a formação de características dos indivíduos, nos possibilitando perceber os processos de escolhas e de relacionamento destes com o universo social ao qual pertenciam. Entretanto, não se deve concluir que estes princípios sejam elementos estanques e imutáveis, assim como a visão de que o indivíduo seja incapaz de se desvencilhar destes fatores, tornando-se, deste modo, *vítima* dos condicionamentos conjunturais. As escolhas e suas consequências são possíveis, podendo estar de acordo ou em contrariedade com que as pessoas ou grupos sociais esperavam. São

essas variações que, dentro das novas perspectivas biográficas, permitem perceber a complexidade dos sujeitos no decorrer de suas vidas e as trajetórias que percorreram dentro da sociedade. Ainda dentro de uma perspectiva *bourdiana*, este conceitua trajetória

[...] como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por mesmo um grupo de agentes em espaços sucessivos [...]. É com relação aos estados correspondentes da estrutura do campo que se determinam em cada momento o sentido e o valor social dos acontecimentos biográficos, entendidos como colocações e deslocamentos nesse espaço ou, mais precisamente, nos estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo, capital econômico e capital simbólico como capital específico de consagração [...]. Toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do *habitus* (BOURDIEU, 1996, p. 292).

Em termos gerais, podemos compreender a trajetórias para além de uma forma de escapar do termo biografia, em decorrência do receio que sua utilização ainda pode causar. Ela permite compreender as diferentes formas de ação de um sujeito ao longo de sua vida, mas sem perdermos a dimensão de conectividade, de ruptura e continuidades que interligam esses diferentes momentos. Instrumentalmente, pode servir como um recorte dentro de uma narrativa biográfica, mas é necessário sempre que se analise este recorte em consonância com uma dinâmica mais ampla dentro do *tecido vital* costurado pelo indivíduo.

Exposta essa abordagem conceitual, iremos nas páginas que seguem trazer alguns elementos importantes das trajetórias de Odon e Heráclito Cavalcanti, utilizando-as como uma janela, com a finalidade de visualizar e sopesar o ambiente político em que atuaram, especialmente nos momentos que levaram ao golpe de 3 de outubro de 1930 e a ascensão de Getúlio

Vargas ao poder nacional.

Dois irmãos, dois caminhos...

O juiz de Direito Frederico Peregrino Carneiro Monteiro, responsável pela Comarca de Alagôa Monteiro, na então Província da Paraíba, havia atuado anteriormente como Chefe de Polícia da Província do Amazonas. A família Carneiro Monteiro se estabeleceu especialmente nas províncias da Paraíba e Pernambuco, mas também no Rio Grande do Sul. Dentre os membros conhecidos no Sul, estavam o brigadeiro Vitorino José Carneiro Monteiro, o barão de São Borja; Vitorino Ribeiro Carneiro Monteiro, presidente do Rio Grande do Sul em 1892 e senador por este estado no início do século XX, e Bento Manuel Ribeiro Carneiro Monteiro, que foi intendente do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, entre 1910 e 1914.

Frederico Peregrino se casou com Ana Emilia Cavalcanti, sendo que deste consórcio nasceram seis filhos. O mais velho, Heráclito, nascido em 1872, optou por seguir a mesma carreira que o pai, formando-se em bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, em 1894. Por esta mesma época, ingressou no campo político-partidário, integrando as fileiras do Partido Republicano Conservador (PRC) da Paraíba, agremiação fundada pelo então presidente estadual, Álvaro Lopes Machado. Este partido controlou o poder estadual até 1912. Naquele ano, Álvaro Machado, que detinha a chefia partidária, falece durante o exercício do mandato de senador. A oposição ao PRC, ou melhor, ao chamado “alvarismo”, era empreendida pelo Partido Republicano da Paraíba (PRP), tendo como expoente principal Epiácio Pessoa.

Ainda em 1912, é eleito como presidente da Paraíba João Pereira de Castro Pinto, vinculado ao PRC. Esta eleição marcou o início da fase de disputas pelo controle político paraibano. Com a morte de Álvaro Machado, o controle partidário passou para Valfredo Leal, ex-presidente estadual e senador. A escolha de Castro Pinto como candidato partiu de um acordo entre as duas agremiações partidárias. Epitácio conseguiu se seu irmão, Antônio da Silva Pessoa, fosse nomeado primeiro vice-presidente estadual. Para a segunda vice-presidência foi indicado Pedro Bandeira, um nome próximo de Leal. Bandeira, por sua vez, em 1915, renunciou ao cargo, para ocupar uma vaga no Tribunal de Justiça paraibano. Estas articulações fizeram com que Valfredo Leal e o PRC perdessem o comando político estadual, que passou ao PRP, fortalecido pelo fato de Epitácio Pessoa estar ocupando o cargo de senador, vago com a posse de Castro Pinto na presidência da Paraíba, ainda em 1912. Neste contexto, Epitácio Pessoa se aproximou de Pinheiro Machado, que comandava a Comissão Verificadora de Poderes, responsável pelo aceite ou reprovação dos candidatos nos pleitos eleitorais. Desta forma, somada com os acordos dentro da Câmara dos Deputados, a força do PRC foi sendo minada, permitindo que Epitácio Pessoa e seus partidários controlassem o poder na Paraíba pelos quinze anos seguintes, até 1930.

O cenário político paraibano das primeiras décadas republicanas, com suas especificidades, está inserida no modelo sociopolítico brasileiro de então. Historiograficamente, durante muito tempo, o modelo analítico preconizava o protagonismo de São Paulo e Minas Gerais (e, em menor escala, Rio Grande do Sul), dotando-os de poderes quase que infindáveis na manutenção de seus escolhidos para o Executivo federal. Entretanto, pesquisas recentes, como as empreendidas por Cláudia Viscardi (2012), apontam para outros quadros alternativos, criticando a percepção

engessada de equilíbrio entre paulistas e mineiros no poder, sem levar em consideração toda a engrenagem multifacetada que envolvia o pacto federativo e a estruturação do estado brasileiro. Com isso, a participação de outros atores e grupos partidários, em diferentes entes da federação, foram importantes para a constituição de redes e mecanismos de poder. As interações oligárquicas estaduais constituíam formas de acomodar as “peças políticas”, fomentando relações ambivalentes. Ainda segundo Viscardi (2016, p. 253), os oligarcas mineiros e paulistas, dentro do cenário em que participavam e sabedores das capacidades uns dos outros, “mais se temiam do que se uniam” efetivamente. Com isso, a interlocução com outros grupos, seja por interesses conjuntos (como no caso das eleições presidenciais suplementares de 1919), seja por necessidades individuais (como a aliança entre mineiros e gaúchos em 1929 para indicação de candidato opositor ao paulista Júlio Prestes no pleito presidencial de 1930), era fortemente necessária.

O imaginário de coesão entre São Paulo e Minas Gerais em sua política de manutenção do controle federal mostrava-se frágil, pois interesses partidários muitas vezes afastaram os envolvidos, necessitando da construção de acordos com outros grupos políticos regionais. Deste modo, barganhas e costuras se fizeram necessários, materializando-se em políticas de manutenção das oligarquias estaduais, na nomeação de indicados para ministérios, nos arranjos do Legislativo e círculos militares. Conforme Marieta Ferreira e Surama Pinto (2006, p. 05) “em inícios da década de vinte, contudo, este sistema apresentaria sinais de esgotamento com a eclosão de graves conflitos no interior das oligarquias. As práticas de controle das dissidências começaram a se mostrar menos eficazes”.

A constituição de alianças alternativas ao longo da Primeira República permitiu, por exemplo, que o militar Hermes da Fonseca chegasse ao poder

em 1910 e, posteriormente, o paraibano Epitácio Pessoa fosse eleito nas eleições convocadas em 1919, substituindo o paulista Rodrigues Alves, eleito no ano anterior, mas que falecera antes de tomar posse. Sustentado pelas elites paulista e mineira, Epitácio demonstrava estar mais alinhado com os interesses destes do que seu adversário, o então senador Ruy Barbosa. Barbosa que, em 1910, como opositor ao marechal Hermes, bradava contra o sistema eleitoral e político vigente, acusando o mandonismo e jogos de interesses dos políticos paulistas e mineiros, coadunados com os objetivos de consolidação do poder emanados pelo senador Pinheiro Machado. Vencedor do pleito, em abril de 1919, Epitácio Pessoa governou de julho daquele ano até 15 de novembro de 1922. Foi na fase final de seu governo, em 1922, que teve início o movimento tenentista, em oposição ao modelo eleitoral e político vigente. As ações governamentais contra os insurgentes foram de repressão. Alguns anos mais tarde, esse mesmo grupo se tornou importante base de apoio da Aliança Liberal nas eleições de 1930 e, naquele mesmo ano, para perpetuar a tomada do poder pelos partidários aliancistas.

Se, por um lado, o governo presidencial de Pessoa foi marcado por períodos conturbados e de atritos com os militares, por outro garantiu a legitimação e ampliação do poder do grupo epitacista na política paraibana, como veremos mais adiante. Não sem oposição, tanto dentro de seu próprio partido quanto da oposição conservadora, capitaneada por Heráclito Cavalcanti Carneiro Monteiro.

Nomeado juiz de Direito de Itabaiana em 1898, Heráclito Cavalcanti ocupou essa função até 1908, quando foi nomeado desembargador do Superior Tribunal de Justiça da Paraíba. No exercício de suas funções jurídicas, Heráclito também passou a construir sua trajetória como mandatário político de Itabaiana e região. Isso se deve há alguns fatores: 1) a ligação próxima que este constituiu com Álvaro Machado; 2) o fato de

que, na Paraíba das primeiras quatro décadas da República, os juízes locais acabavam exercendo uma forte liderança política e partidária nas regiões de suas comarcas e, 3) a relação pessoal que estabeleceu com figuras expoentes da capital e do interior paraibano.

Na lista de famílias e líderes regionais com os quais Heráclito firmou vínculos, podem ser inclusos os nomes de Manuel Pereira Borges, conhecido como Nô Borges, coronel de Itabaiana, Geminiano Jurema, de Pilar, coronel Cunha Lima, de Areia, Salvino Figueiredo, de Campina Grande, Francisco e José Rezende de Melo, de Itabaiana, Antonio Alves da Rocha, de Araruma, Isidro Gomes da Silva, da capital, e José Frutuoso Dantas, que integrou diferentes cargos em governos estaduais. A articulação destas redes sociais permite a geração de um capital social e de influências importantes. Estas, ao serem acionadas, permitem a busca – nem sempre exitosa – da consolidação de interesses individuais e/ou coletivos. No caso de Heráclito, essa rede social constituída possibilitou a liderança partidária mesmo com o enfraquecimento do PRC e o desgaste de Valfredo Leal. Em 1929 e 1930, também permitiu que o desembargador tivesse em torno de si um grupo politicamente ativo, que não acatou a aliança de outros membros do partido, como Leal e José Américo de Almeida, com João Pessoa, sobrinho de Epiácio Pessoa, e a Aliança Liberal.

No Rio Grande do Sul, Odon Cavalcanti também fez usos das relações interpessoais, participando ativamente da vida política estadual desde o início do século XX até o final dos anos 1940, pelo menos. O mais jovem dos Carneiro Monteiro nasceu em 18 de janeiro de 1884. Chegou ao estado gaúcho em 1899, para iniciar seus estudos no campo militar. Naquele momento histórico, a doutrina política sul-rio-grandense era baseada nas ideias positivistas de Augusto Comte. Ou melhor, na apropriação e ressignificação destas, capitaneadas com mão de ferro por Júlio de Castilhos.

Após a morte de Castilhos, em outubro de 1903, a liderança unipessoal do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) passou para Antônio Augusto Borges de Medeiros, então presidente estadual.²

Embora com algumas variações em sua forma prática, o positivismo sul-rio-grandense, também chamado de *castilhismo-borgismo*, continuou presente das décadas que se seguiram.

Nos anos em que foi cadete na Escola de Guerra de Porto Alegre³, Odon demonstrava claras inclinações para o ideário que embasava os rumos tomados pelo Rio Grande do Sul. Conforme relata seu amigo pessoal João Neves da Fontoura,

[...] dos rapazes militares, foi o cadete Salvador César Obino, que depois tanto se distinguiu por seus serviços ao Exército, o primeiro a estabelecer contato conosco. O outro, Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro, de inclinações positivistas, senhor de uma cultura geral superior à idade e de uma irresistível capacidade de fazer relações, o que breve o tornou “persona grata” em todos os meios sociais de Pôrto Alegre (FONTOURA, 1969, p. 79).

Seu alinhamento com o positivismo também foi descrito por outros autores. Em sua obra sobre os cadetes e alunos da Escola de Guerra de Porto Alegre, Francisco de Paula Cidade também chama a atenção para esta característica:

[...] continua pelas colunas da Ocidente⁴ [*revista dos cadetes da*

2 Borges de Medeiros (1864-1961) governou o Rio Grande do Sul entre 1898 e 1908 e entre 1913 e 1928, perfazendo um total de 25 anos.

3 Nome dado ao atual Colégio Militar de Porto Alegre. Fundado em 1851, em outubro de 1905, por conta do Decreto n.º. 5.698, passou a se denominar Escola de Guerra de Porto Alegre, com funcionamento até 1911, quando passou a se denominar Colégio Militar de Porto Alegre.

4 E essa inclinação doutrinária também lhe impulsionou no sentido de atuação

Escola de guerra de Porto Alegre] a campanha positiva, agora sem ressonâncias, conduzida por Odon Cavalcanti, jovem de convicções tão arraigadas que, apesar de sua bela cultura e reconhecida inteligência, resolveu abandonar a carreira militar, de acordo com a ortodoxia de sua formação filosófica (CIDADE, 1961, p. 147, grifo nosso).

Embora com destaque em sua formação militar, Odon Cavalcanti abandona a ideia de seguir carreira no Exército e ingressa na Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1906. E ao fazer parte da instituição, abre portas para participar também de um grupo partidário que definiu sua trajetória pelos anos seguintes.

O mandato de Borges de Medeiros encerrava-se em janeiro de 1908. Em conformidade com a constituição estadual, pelo fato de ter exercido por dois mandatos consecutivos a presidência, outro nome deveria ser indicado. Como chefe do PRR, coube à Borges indicar seu sucessor. O nome recaiu sobre Carlos Barbosa Gonçalves. Contudo, diferentemente do que ocorrera nas eleições anteriores, a oposição se articulou e decidiu lançar um candidato nas eleições de novembro de 1907. O escolhido foi o dissidente republicano Fernando Abbott que, entre outros cargos, foi presidente interino do Rio Grande do Sul em duas oportunidades (1891 e 1892-1893). Abbott rompeu com Borges de Medeiros em 1906. No ano seguinte, sua candidatura foi articulada por outros dissidentes do PRR, com apoio de parte do Partido Federalista e de Joaquim Francisco de Assis Brasil.

mais prática, visando à circulação destas ideias, tanto no meio militar como no meio social mais amplo. Em junho de 1906, na mesma época em que se aproximava dos jovens que fundariam o Bloco Acadêmico Castilhistas, era lançada a revista *Occidente*, publicada por um grupo de cadetes, alunos da Escola de Guerra de Porto Alegre. Entre os integrantes do corpo editorial desta revista, estavam Sabino Magalhães, Waldemiro Ferreira, Guilherme de Lemos Faria e Odon Cavalcanti.

Com o objetivo de apoiar a candidatura de Carlos Barbosa e intensificar a propaganda desta, alguns jovens, em sua maioria acadêmicos de Direito, vinculados ao PRR, formam uma frente partidária denominada *Bloco Acadêmico Castilhistas*, também chamado de *Geração de 1907*. Dentre seus membros, estavam Getúlio Vargas, Maurício Cardoso, João Neves da Fontoura, Aurélio Porto, Odon Cavalcanti, Firmino Paim Filho, Lindolfo Collor, Jacinto Godoy, entre outros.

Alguns integrantes do bloco fundaram e dirigiram um jornal, que recebera o título de *O Debate*. A publicação teve como seu diretor Firmino Paim Filho. O custo financeiro da edição dos exemplares era pago pela direção do Partido Republicano Rio-grandense. Entre os redatores, Maurício Cardoso, Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura, Jacinto Godoy e Odon Cavalcanti. De um modo geral, o propósito maior de *O Debate* era expor e consolidar as ideias de um jovem grupo de estudantes que estavam iniciando uma participação mais incisiva na vida política estadual e, conseqüentemente, nacional. Ao mesmo tempo, este jornal teve um papel significativo na campanha eleitoral daquele ano, colaborando para a vitória do candidato do PRP. Findadas as eleições, Carlos Barbosa assumiu o governo em 25 de janeiro de 1908, exercendo seu mandato até janeiro de 1913, quando Borges de Medeiros retorna ao Executivo estadual. O ano de 1908 também marca o fim das atividades do jornal *O Debate*.

Dentre as principais relações pessoais – especialmente de amizade e negócios, além das políticas, é claro – firmadas por Odon Cavalcanti, figuram as que estabeleceu com João Neves da Fontoura e com Maurício Cardoso. Em reportagem do jornal *Correio do Povo*⁵ menciona que João Neves da Fontoura e Odon Cavalcanti abrem uma banca de advocacia na

5 *Correio do Povo*, Ano XV, 06/04/1910, p. 02.

cidade de Cachoeira do Sul, terra natal de Fontoura. Antes de partirem para esta nova empresa, João Neves da Fontoura ocupava o cargo de promotor público em Porto Alegre, enquanto Odon, ainda acadêmico da Faculdade de Direito, ocupara o cargo de secretário da Procuradoria Geral do Estado, também na capital. Além dos dois sócios mencionados, a banca de advocacia em Cachoeira do Sul também contava com a participação de Maurício Cardoso.

Em Cachoeira do Sul, a atuação de Odon Cavalcanti não se dera apenas na banca de advocacia. Também passou a exercer o cargo de secretário da Intendência Municipal, durante o período em que o município era governado por Isidoro Neves da Fontoura, pai de João. Isidoro governara Cachoeira do Sul entre 1908 e 1912. No ano de 1913, por conta de disparidades políticas com Borges de Medeiros, rompe relações com este e se afasta da vida política. Um dos motivos para a separação política entre Isidoro Neves da Fontoura e Borges de Medeiros envolve inclusive fraudes eleitorais. Fraudes estas que tiveram ação direta de Fontoura e Odon. Em agosto de 1913, Horácio Borges, tio materno de Borges de Medeiros, que passara a exercer a liderança do PRR em Cachoeira do Sul após o afastamento de Isidoro Neves da Fontoura, enviou correspondência ao sobrinho, relatando as fraudes que haviam ocorrido naquele município, em virtude das eleições para a Assembleia dos Representantes. Conforme relato de Horácio Borges,

[...] ontem se realizou a eleição que foi uma pouca vergonha, Odon e João Neves furaram chapas, retirando o nome do Arlindo, e mandaram distribuir dizendo que eram chapas oficiais, e a ultima hora mandaram para os distritos e na seção distribuíram chapas como oficiais. Agora tu avalias que qualidade de homens são! Aqui o promotor e Sebastião Barros também furaram chapas, foi uma pouca vergonha! Tiraram dos eleitores ignorantes as chapas oficiais e deram das outras, aqui é preciso muita energia, e que você me dê

todo o apoio para eu poder ser.⁶

Após deixar a secretaria da Intendência, passa a trabalhar como oficial do Registro de Hipotecas da Comarca de Cachoeira do Sul, cargo que ocupa até 1919. Em setembro de 1920⁷, Odon Cavalcanti é nomeado intendente provisório de São Francisco de Paula, município da região serrana do Rio Grande do Sul, nos chamados Campos de Cima da Serra. Em 1921, por indicação de Borges de Medeiros, é o candidato oficial do PRR ao Executivo municipal, sendo eleito. Ocupou o cargo de intendente até abril de 1927. Sua nomeação e indicação demonstram que as acusações ocorridas em 1913 não diminuíram as relações de Odon com o chefe unipessoal do PRR.

Enquanto isso, na Paraíba, a força política de Epitácio Pessoa atinge o ápice. Em 1919, em eleição suplementar para a presidência da República, tendo em vista o falecimento do eleito, Rodrigues Alves, o nome de Epitácio, por conta de sua “neutralidade”, é indicado pelo Partido Republicano Mineiro (PRM). Nas eleições previstas para abril de 1919, o candidato concorrente de Pessoa foi o baiano Rui Barbosa. As eleições deram vitória ao candidato do PRM, que assumiu o poder em julho daquele ano. Embora tenha enfrentado problemas e desgastes durante seu governo, Epitácio Pessoa consolidou seu grupo político à testa do Executivo paraibano. O presidente estadual, Sólon de Lucena, que governou entre 1920 e 1924, agiu em nome do *epitacismo*. Além dos vínculos políticos, os laços familiares unem Sólon e Epitácio: ambos eram primos em segundo grau – além de ser,

6 Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – Arquivo Borges de Medeiros - Carta de Horácio Borges a Borges de Medeiros, Cachoeira do Sul, 21/08/1913 - n° 864.

7 Jornal *A Federação*, 01/09/1920, Ano XXXVII, n. 203, p. 04. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/44529>, acesso em 08 jan. 2019.

em terceiro grau, primo de João Pessoa.

Dentro da esfera oposicionista, Heráclito Cavalcanti liderava o grupo mais ortodoxo dentro do PRC. Dentre os subterfúgios utilizados para arregimentar seus correligionários e questionar a política situacionista, lançou mão dos recursos da imprensa. Em 1915, fundou e dirigiu o periódico *Diário do Estado*, de forte conotação *antiepitacista*, cujo período de maior circulação ocorreu até 1919, embora encontremos referências ao mesmo até o ano de 1926.⁸ Em seguida, cria o jornal *A Tarde*, que serviu como instrumento de propaganda da chapa oposicionista, denominada de *Reação Republicana*, de Nilo Peçanha-J.J. Seabra, nas eleições presidenciais de 1922. A Reação Republicana representou uma união política entre o Partido Republicano Democrata (PRD) da Bahia, o Partido Republicano Fluminense (PRF), o PRR e a situação pernambucana. Na Paraíba, o grupo de Heráclito passou a se dedicar na campanha de Nilo Peçanha.

Embora tenha procurado uma postura mais neutra, esquivando-se de participar da escolha de seu sucessor, Epitácio Pessoa acabou aderindo à chapa situacionista, dentro do acordo *café com leite* (São Paulo e Minas Gerais), tendo o governante mineiro, Arthur Bernardes, como candidato ao cargo de presidente e o maranhense Urbano Santos como vice. Com a morte de Santos, em maio de 1922, após as eleições presidenciais de março, uma nova eleição para a vice-presidência teve que ser realizada, sendo escolhido Estácio Coimbra, deputado federal pernambucano. Em detrimento do posicionamento de Pessoa, Heráclito Cavalcanti reuniu esforços para malograr a campanha situacionista na Paraíba, que era empreendida pelo PRP. Com a eleição de Bernardes para o Executivo federal, o periódico

8 Conforme informação disponível no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394/95713>, acesso em 10 fev. 2018.

A Tarde continuou fazendo oposição – assim como para com o governo estadual –, encerrando suas atividades em 1924.

A partir da segunda metade da década de 1920, instala-se um clima de divisão gradual nas hostes do Partido Republicano Conservador. Valfredo Leal, que retomara sua trajetória política em 1922, sendo eleito deputado federal – e reeleito em 1924 e 1926 –, ensaiava uma reaproximação com Epitácio Pessoa. Em 1928, ao ser eleito senador, Leal e parte dos integrantes do PRC, como José Américo de Almeida, que foi nomeado secretário geral do governo João Pessoa. A efetivação desta ruptura serviu para alavancar Heráclito Cavalcanti como principal liderança oposicionista paraibana entre 1928 e 1930. E este protagonismo causou efeitos drásticos na vida de Heráclito, especialmente com a tomada de poder pela Aliança Liberal, em outubro de 1930.

Nas terras sulinas, findado seu mandato intencional, Odon Cavalcanti ocupou, entre 1927 e 1933, o cargo de subchefe de Polícia da 4ª Região do Estado, com sede no município de Taquara. Geograficamente, a região de atuação de Cavalcanti não se limitava a Taquara e São Francisco de Paula, mas também se estendia para municípios como Alfredo Chaves (atual Veranópolis) e Lagoa Vermelha, na região Nordeste do estado.

Os anos de 1929 e 1930 foram de grande *ebulição* no cenário político nacional e, ao mesmo tempo, nas esferas estaduais. Para as lideranças políticas, representou um momento de rearranjo dentro do *tabuleiro* do poder. Na parte final deste artigo, veremos o desenrolar que as escolhas políticas efetivaram na vida do irmãos Heráclito e Odon.

Causas e conseqüências

Nas eleições estaduais paraibanas de 1928, Epitácio Pessoa indica

seu sobrinho, João Pessoa, como candidato do PRP. As urnas deram vitória ao indicado situacionista. Aproveitando a reaproximação de parte do PRC com Epitácio, buscou aproximar algumas lideranças deste partido para o governo, cooptando-as na tentativa de neutralizar a oposição. Ao mesmo tempo, tomou medidas que passaram a desagradar alguns coronéis do interior, muitos inclusive diretamente ligados ao seu tio e líder máximo partidário. Uma das ações mais criticadas foi a tentativa de transladar o polo econômico do interior paraibano para o litoral. Com a construção do porto de Cabedelo, intencionava transferir o poder comercial para a região litorânea. Além disso, outra medida que gerou estrondoso descontentamento foi a adoção de um sistema tributário de arrecadação bastante rigoroso, enfraquecendo o comércio interiorano e, conseqüentemente, o poder dos coronéis regionais.

A cidade de Princesa, localizada na área limítrofe com Pernambuco, era o reduto político do coronel José Pereira Lima, membro do Diretório Executivo estadual do PRP e bastante próximo de Epitácio Pessoa. Pereira, um dos mais poderosos coronéis paraibanos, também fora um dos mais descontentes com as políticas de João Pessoa. Este descontentamento fez com que se aproximasse – assim como outros líderes regionais – do grupo oposicionista liderado por Heráclito Cavalcanti. Pouco tempo depois, José Pereira Lima tornou-se líder do principal evento oposicionista ao governo de João Pessoa: a Revolta de Princesa.

Aproximando-se do fim o mandato presidencial de Washington Luís, estavam previstas eleições para março de 1930. Os meses que antecederam o pleito foram marcados pelas articulações em torno dos candidatos que deveriam ser escolhidos. Segundo a rotatividade proposta pelo pacto do *café com leite*, seria a vez de Minas Gerais propor o candidato presidencial. Contudo, Washington Luís decidiu não seguir o acordo e indicou o então

presidente de São Paulo, Júlio Prestes, como candidato. Minas Gerais não aceitou a afronta e rompeu sua aliança com os paulistas.

Não contente em ser preterido, Antônio Carlos, presidente mineiro, buscou estabelecer uma aliança oposicionista com outros estados da federação. Suas intenções encontraram eco no Rio Grande do Sul e na Paraíba, que manifestaram não apoiar a candidatura oficial. Além disso, a alternativa de lançar um nome de oposição ganhou apoio do Partido Democrático de São Paulo, fundado em 1926, que enfrentava a hegemonia do Partido Republicano Paulista. As negociações entre os principais atores envolvidos na chapa oposicionista formaram a Aliança Liberal, que lançaram como candidatos os presidentes gaúcho, Getúlio Vargas, e paraibano, João Pessoa, como candidatos aos cargos de presidente e vice, respectivamente. Na Paraíba, a facção de Heráclito Cavalcanti dentro do PRC manifesta-se favorável à candidatura de Júlio Prestes-Vital Soares (este último, presidente da Bahia), indicada pelo governo federal. Junto ao grupo de Heráclito, somaram-se coronéis locais, membros do PRP, que demonstravam profundo desprezo para com a política de João Pessoa.

A formação de uma frente oposicionista levou o governo de Washington Luís a tomar medidas de retaliação aos estados que compunham a Aliança Liberal, em especial o estado paraibano. João Pessoa, por seu turno, buscou utilizar a tensão daquele momento político em benefício próprio. Passou a percorrer o interior do estado, tentando cooptar o apoio para a chapa aliancista, especialmente entre aqueles coronéis locais que haviam se afastado por conta da política fiscal adotada. Ao mesmo tempo, visava neutralizar a força política de outros líderes do PRP, especialmente do ex-presidente estadual João Suassuna, seu antecessor, que tinha prestígio e influência entre diversos mandatários locais.

O auge das tensões eclodiu em fevereiro de 1930, quando o coronel

José Pereira Lima comunicou João Pessoa de seu rompimento com o PRP, passando a integrar o grupo do PRC liderado por Heráclito Cavalcanti. Concomitante a isso, Pereira organizou uma milícia local, chegando a alcançar um contingente de quase 2000 homens, recrutados entre jagunços e cangaceiros. A intenção de Pereira, conforme correspondências trocadas com correligionários, era alcançar junto ao Governo Federal a intervenção no estado, com a destituição de Pessoa do poder.⁹ João Pessoa, por sua vez, determinou o envio de contingentes da polícia estadual para debandar o movimento armado.

Se na Paraíba avolumavam-se os atritos entre as forças políticas estaduais, no Rio Grande do Sul, as duas agremiações partidárias existente, o PRR e o Partido Libertador (PL), fundado por Assis Brasil e Raul Pilla, se uniram na chamada Frente Única Gaúcha (FUG), constituindo pleno apoio à candidatura de Getúlio e João Pessoa ao governo federal. Enquanto lideranças como João Neves da Fontoura e Osvaldo Aranha estabeleciam os arranjos políticos em nível nacional, os agentes mediadores locais também exerciam um papel importante no objetivo de efetivar a vitória dos candidatos aliancistas. E nesse contexto, Odon Cavalcanti buscou fomentar a adesão dos eleitores da região onde atuava como subchefe de Polícia.

Entretanto, as preocupações de Odon também estavam direcionadas para as terras paraibanas. Conforme relato de Frederico Mindêllo Carneiro Monteiro, filho de Heráclito Cavalcanti, seu tio Odon passou a manter um contato mais direto com o irmão, solicitando que o mesmo se colocasse em consonância com a Aliança Liberal ou, ao menos, se mantivesse neutro diante daquelas eleições e, especialmente, nos desdobramentos que as

9 Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Mensagens do Governador da Paraíba para Assembléia (PB). Ano 1930, 1ª edição, p. 63-66. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/873535/2317>, acesso 03 mai. 2020.

mesmas haveriam de ter. As eleições de 1º de março de 1930 deram vitória aos candidatos do governo, Júlio Prestes e Vital Soares. Entrementes, pouco tempo após a divulgação dos resultados do pleito, iniciavam nos bastidores políticos, por parte de alguns aliancistas mais enérgicos, a articulação de um movimento armado visando derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse dos candidatos eleitos. A Aliança Liberal alegava que ocorreram fraudes eleitorais e, posteriormente, que candidatos aliancistas da Paraíba e Minas Gerais foram impedidos de assumirem os cargos para os quais foram eleitos.

Conhecedor dos pormenores dos desdobramentos revoltosos que se delineavam no horizonte, Odon Cavalcanti insistiu para que Heráclito se afastasse do palco dos acontecimentos políticos. Entretanto, conforme Frederico Monteiro, o desembargador “havia assumido compromisso com Washington Luís e cumpriria o mesmo até o fim”. Neste interim, a oposição passa a acusar João Pessoa e seus aliados de perseguição política e retaliações para com aqueles que apoiaram os candidatos vitoriosos. Dentre os perseguidos, estava o coronel Cunha Lima, de Areia, amigo pessoal de Heráclito Cavalcanti, “tanto que o mesmo remete telegrama ao presidente João Pessoa, denunciando as perseguições infligidas” (MONTEIRO, 1985, p. 310). Além desta conjuntura, o levante em Princesa assume contornos de conflito bélico mais intenso. As milícias de José Pereira passaram a ocupar as cidades próximas de Princesa.

Diante da intensificação da revolta, João Pessoa solicita apoio militar do governo federal. Washington Luís, por seu turno, assim como o comandante da 7ª Região Militar e o presidente de Pernambuco, Estácio Coimbra, negaram apoio às solicitações do presidente paraibano. Em sua comunicação com o presidente da República, João Pessoa acusa o desembargador Heráclito Cavalcanti de apoiar os atos violentos cometidos

pelas forças rebeldes. No Rio Grande do Sul, jornais vinculados ao Partido Republicano Rio-grandense e ao Partido Libertador – que se uniram em torno da candidatura Vargas-João Pessoa – também teciam críticas severas ao magistrado paraibano. O periódico *Estado do Rio Grande*, libertador, acusava Cavalcanti de “polítiqueiro” e “atrevido”, inclusive publicando trechos de correspondências do desembargador emitidas ao senador Epitácio Pessoa, por conta de seu conteúdo considerado “impertinente” e “desordeiro”.¹⁰ Por seu turno, o jornal *A Federação*, órgão oficial dos republicanos sul-rio-grandenses, na primeira página da edição de 21 de dezembro de 1929, divulgava os argumentos de João Pessoa desmentindo e “destruindo” boatos impetrados por Heráclito e seu “séquito”.¹¹

Heráclito, nesse momento, mais uma vez se coloca à disposição do governo federal. E, na medida em que o movimento rebelde em Princesa adentrava os meses de seguintes, também ganhava contornos mais nítidos o plano de derrubar Washington Luís e o presidente eleito, Júlio Prestes. Mas, se faltava uma razão que efetivasse definitivamente a decisão de deflagrar um golpe de Estado, a mesma foi dada em 26 de julho de 1930: o assassinato de João Pessoa em Recife, sendo alvejado a tiros por João Dantas, seu desafeto político – e aliado de José Pereira. Com a morte de Pessoa, o governo federal decidiu agir para debandar a situação conflitante em Princesa, que já perdurava três meses. Em 19 de agosto, é anunciada a pacificação paraibana.

Após a morte de João Pessoa, o grupo aliancista e a facção *epitacista*

10 *Jornal Estado do Rio Grande*, 11/03/1930, Ano I, n. 117, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093203/2019>, acesso em 03 mai. 2020. A edição de 15 de dezembro de 1929 no periódico já trazia críticas ao capital e poder político de Heráclito Cavalcanti, adotando tom irônico, em matéria intitulada “O sr. Heráclito Cavalcanti é um chefe de prestígio”.

11 *A Federação*, 21/12/1929, Ano XLVI, n. 295, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/68168>, acesso em 03 mai. 2020.

do PRP – que se dividira com a chegada de João Pessoa ao governo estadual – deflagram uma intensa campanha contra os *inimigos* do falecido presidente estadual. O principal veículo desta propaganda foi o jornal *A União*, vinculado ao partido situacionista. Além dos nomes dos ex-presidentes João Machado, Camilo de Hollanda e João Suassuna, que haviam rompido com Eptácio e João Pessoa, encontrava-se o nome de Heráclito Cavalcanti. Antes disso, outras medidas de retaliação já haviam sido impostas ao desembargador. Uma delas, determinada pelo próprio João Pessoa: seu afastamento do Superior Tribunal de Justiça da Paraíba.¹²

Após deixar seu cargo, que ocupara durante vinte e dois anos, Heráclito partiu para o Rio de Janeiro, onde, em conversa com Washington Luís, coloca-se a disposição do presidente para auxiliar na resistência ao movimento revolucionário que rebentara em 3 de outubro. Heráclito foi designado para atuar da articulação da resistência na Bahia. Entretanto, com a vitória da Aliança Liberal, Heráclito Cavalcanti foi obrigado a exilar-se, partindo para Portugal, onde permaneceu até 1932. Retornando para o Brasil, passou a residir em Recife. Seu irmão Odon tentou, junto ao governo federal – e com o próprio Getúlio Vargas –, sua anistia e a restituição de seu cargo como desembargador – ou ao menos os proventos relacionados com os anos que ocupara tal função. Entretanto, suas tentativas de mostraram infrutíferas. Heráclito Cavalcanti Carneiro Monteiro faleceu pouco tempo depois, em outubro de 1935, na capital de Pernambuco.

No Rio Grande do Sul, Odon Cavalcanti, simpatizante e amigo de Getúlio Vargas, continua exercendo o papel de articulador político regional.

12 Em fevereiro de 1930, a primeira medida tomada por João Pessoa foi determinar a disponibilidade de Heráclito Cavalcanti do cargo de desembargador estadual. Em 25 de novembro de 1930, já no governo de José Américo de Almeida – nomeado interventor pelo Governo Provisório –, através do decreto de número 23, Cavalcanti é exonerado do cargo.

A partir de 1932, ocorreram importantes mudanças na estrutura partidária do Rio Grande do Sul. Em novembro daquele ano, o interventor federal no estado, general José Antônio Flores da Cunha, com o respaldo de Getúlio Vargas e apoio de Oswaldo Aranha, funda o Partido Republicano Liberal (PRL). Em sua plataforma, a sustentação do governo Vargas e do governante gaúcho. Naquela conjuntura, o PRR e o PL assumiram uma postura de oposição ao presidente.

Odon Cavalcanti, que até então ocupara as fileiras do PRR por aproximadamente trinta anos, logo ingressou na nova agremiação partidária, sendo inclusive indicado para o comando do diretório municipal de Taquara¹³, função que empreendera pelos quatro anos posteriores. Assim como ocorrera com outros militantes republicanos e libertadores, Odon percebera o momento político vigente e, estrategicamente, decidiu apoiar o lado político que detinha o poder, tanto em nível estadual quanto federal. Após deixar a subchefia de Polícia de Taquara, em 1934, Cavalcanti é nomeado diretor do Porto de Rio Grande, localizado no município homônimo, no litoral sul do estado. Permanece na função até 1937, quando o governador Flores da Cunha lhe concede aposentadoria. Neste mesmo período, também ocupou cargo de diretor no Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal no Rio Grande do Sul.

O ano de 1937 também marca em definitivo a ruptura entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha. O governador gaúcho passa a apoiar o nome de Armando Salles de Oliveira, ex-governador de São Paulo, ao cargo de presidente da República, nas eleições previstas para janeiro de 1938. Vargas, por outro lado, já planejava continuar no poder. E Flores se colocava como um obstáculo que deveria ser eliminado para que seu intento pudesse se

13 *Jornal A Federação*, 12/01/1933, Ano I, n. 11, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/72200>, acesso em 09 jan. 2019.

concretizar. A estratégia varguista foi enfraquecer política e militarmente o governante do Rio Grande do Sul. Do ponto de vista militar, o golpe final foi dado com a federalização da Brigada Militar, a força policial sul-rio-grandense. Politicamente, Getúlio Vargas utilizou do instrumento de cooptação para melindrar a sustentação do governo estadual. Além de arregimentar elementos da oposição – PRL e PL –, fomentou uma distensão dentro do próprio partido *florista*, o PRL. Assim, ainda no ano de 1936, surgira uma dissidência partidária, que posteriormente abandonou Flores da Cunha e aliou-se amplamente com o presidente. Não foi possível, pelo menos até o momento, identificar se Odon Cavalcanti também, no decorrer de 1937, passou para a dissidência do PRL. Contudo, com as mudanças na configuração política estadual e nacional que correram a partir de novembro daquele ano, Cavalcanti ainda permaneceu vinculado ao cenário do poder que se constituíra com a implantação do Estado Novo.

Quando ocorrera a renúncia de Flores da Cunha e a nomeação do general Daltro Filho como interventor federal no Rio Grande do Sul, um novo secretariado foi composto no governo estadual. Na secretaria do Interior, assume Maurício Cardoso. Daltro Filho, general baiano, não era familiarizado com o clima político gaúcho. Deste modo, conforme nos indica René Gertz (2005, p. 20), muitas ações administrativas e políticas acabaram sendo conduzidas pelo secretário Cardoso. Levando em conta que Maurício Cardoso era amigo pessoal de Odon Cavalcanti – sendo inclusive seu padrinho de casamento religioso¹⁴ –, existe a possibilidade que a nomeação de Cavalcanti para a prefeitura do município de Novo Hamburgo tenha sido mediada por Cardoso. Além disso, Odon possuía vínculos parentais e de amizade com famílias e lideranças tradicionais

14 *Jornal A Federação*, 12/04/1926, Ano XLIII, n. 82, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/58432>, acesso em 09 jan. 2019.

daquela cidade.

Cavalcanti assumiu o governo de Novo Hamburgo em dezembro de 1937. Em setembro de 1942, solicita sua exoneração do cargo, que lhe é concedida pelo então interventor federal Oswaldo Cordeiro de Farias. Pouco tempo depois, em meados de 1943, Odon Cavalcanti assume como diretor da Caixa Econômica Federal no Rio Grande do Sul. No ano seguinte, chega ao cargo de vice-presidente, no período em que Pompílio Cylon Fernandes da Rosa era presidente da entidade no estado. Com a indicação e posse de Cylon Rosa para o cargo de interventor federal gaúcho, entre fevereiro de 1946 e março de 1947, Cavalcanti ocupou a presidência estadual do banco, quando passou novamente o cargo para Cylon Rosa. Após deixar a Caixa Econômica Federal, em 1948, não encontramos mais nenhuma informação sobre a vida pública de Odon Cavalcanti, que faleceu em 6 de maio de 1966.

Considerações finais

As escolhas políticas dos irmãos Heráclito e Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro, ao longo das três primeiras décadas do século XX, os colocaram, em alguns momentos, em proximidade – como no caso da campanha presidencial de 1922, onde ambos apoiaram o candidato de oposição –, mas, no final da década de 1920, em significativa distância. O primeiro, ao manter-se fiel às suas convicções oposicionistas ao grupo de Epiácio Pessoa – e, conseqüentemente, para com a Aliança Liberal –, sofreu as conseqüências de um processo amplo de retaliação, que iniciaram com sua destituição do cargo de desembargador na mais alta corte judicial parai-bana, passando pelo exílio e a perda do poder e influência política que lhe acompanharam por diversos anos. Já o segundo, soube moldar sua postura

de acordo com os acontecimentos, agindo em conformidade com as alterações dos momentos sociopolíticos que o Brasil e o Rio Grande do Sul vivenciaram a partir da década de 1930 – prosseguindo pelos anos 1940.

Evidentemente, almejamos fugir de um modelo de trajetória de acentuado discurso linear. Nosso interesse maior é, a partir da reconstituição de determinados pontos da biografia destes irmãos, compreender as tessituras do modus político brasileiro da Primeira República e da chamada Era Vargas. Mesmo com limitações, especialmente por conta do acesso mais profundo à fontes mais densas, é possível delinear formas de arranjo e distensões entre agentes envolvidos. As trajetórias não percorriam caminhos retilíneos e homogêneos. Elas buscavam influenciar e, ao mesmo tempo, eram condicionadas e adaptadas em conformidade com estruturas sociais mais amplas e em rotatividade – com permanências e rupturas. Sopesar a conjuntura política destes períodos, conforme já destacado por Viscardi, não é algo simples, pois existem muitos elementos dispostos no tabuleiro do poder. Mas a verticalização de análise, a partir de trajetórias pessoais, possibilita-nos ver o ato de fazer política para além de modelos ou cânones historiográficos herméticos, mas a partir de acepções mais profundas e contrastantes.

Deste modo, por exemplo, percebemos que nem todas as estratégias utilizadas pelos irmãos surtiram o efeito desejado. Caso emblemático são as tentativas de Odon em evitar que o irmão Heráclito sofresse sanções punitivas por ter-se colocado contra as plataformas e líderes aliancistas. Mesmo possuindo um capital relacional e proximidade com o próprio presidente Getúlio Vargas, ele não teve êxito em evitar o exílio e as restrições que Heráclito vivenciou nos últimos cinco anos de vida.

Ao partirmos de uma trajetória pessoal, de uma análise biográfica

dos caminhos percorridos pelos diferentes sujeitos, podemos proceder de duas formas: vislumbrá-los de forma superficial, apenas datando acontecimentos e expondo-as de modo retilíneo; ou compreender a complexidade da vida e das relações estabelecidas, das escolhas feitas e suas consequências, de sua forma de ver e agir diante do mundo e do contexto no qual estavam ligados. Em nosso caso, escolhemos a segunda alternativa e buscamos trilhar por suas, nem sempre cômodas, estradas.

Nas páginas deste artigo procuramos apresentar mais do que aspectos das vidas dos irmãos Cavalcanti Carneiro Monteiro. Retomando uma colocação utilizada anteriormente, almejamos utilizar as trajetórias de Heráclito e Odon como *janelas* para compreendermos a complexidade do ambiente social e político em que atuavam. Residindo e agindo em estados geograficamente distantes, ambos, mesmo com as mazelas e particularidades próprias da Paraíba e do Rio Grande do Sul, faziam parte de uma mecânica comum: o jogo político do Brasil da Primeira República – e seus desdobramentos a partir da chegada de Vargas ao poder. Outrossim, cabe ressaltar que, tendo em vista os limites de um artigo acadêmico, determinados aspectos não foram aprofundados – o que permite, positivamente, a elaboração de outros trabalhos. Mas, acreditamos que este ensaio permite duas questões: perceber a importância e as possibilidades de uso crítico da narrativa biográfica e admoestar o aprofundamento de pesquisas sobre os bastidores do fazer política no Brasil, em suas múltiplas dimensões e realidades, sobretudo as locais e regionais, interseccionadas com as ideias e práticas em nível nacional – e até mesmo internacional.

Referências

- ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República* (1889-1930). Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.
- BOURDIEU, PIERRE. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- CIDADE, Francisco de Paula. *Cadetes e Alunos Militares através dos tempos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.
- FONTOURA, João Neves da. *Memórias: Borges de Medeiros e seu tempo*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.
- HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Modos de representação política na Primeira República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- MONTEIRO, Frederico Mindêllo Carneiro. *Um magistrado na política*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1985.
- PINTO, Surama Conde Sá. *Só para iniciados: o jogo político na antiga capital federal*. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.
- RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. As eleições no Brasil republicano: para além do estereótipo da fraude eleitoral. *História* (São Paulo),

Franca, v. 63, p. 48-58, 2015.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

VISCARDI, Cláudia. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012.